

Companhia
Transleste de
Transmissão

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 2016 e 2015	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos acionistas, Conselheiros e administradores da
Companhia Transleste de Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Transleste de Transmissão S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transleste de Transmissão S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização do ativo imobilizado

Veja a Nota 5 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 79.029 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, confrontamos o saldo da depreciação reconhecida no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

A Companhia Transleste de Transmissão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2019.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

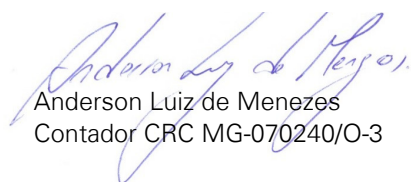
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transleste de Transmissão

Balauço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	10.623	19.726	Fornecedores		120	128
Concessionárias e Permissionárias	4	4.311	4.299	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	16.393	16.633
Serviços em Curso		526	445	Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.684	2.575
Tributos Compensáveis		99	333	Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		144	5.207
Investimentos Temporários		1.478	1.390	Encargos Setoriais		1.748	1.499
Outros Ativos Circulantes		601	248	Outros Passivos Circulantes		1.768	2.140
		17.638	26.441			21.857	28.182
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	4	385	316	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	56.349	72.339
Outros Ativos Não Circulantes		14	14	Outros Passivos Não Circulantes		283	322
Imobilizado	5	79.029	82.696				
Intangível	5	386	525	Total do Passivo		56.632	100.843
		79.814	83.551				
Patrimônio Líquido				Patrimônio Líquido			
				Capital Social	7	49.569	49.569
				Reservas de Lucros	7	(30.606)	(40.420)
				Total do Patrimônio Líquido		18.963	9.149
Total do Ativo		97.452	109.992	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		97.452	109.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2018	31/12/2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	41.673	40.505
Outras Receitas Vinculadas		155	157
(-) Parcela Variável		(29)	(46)
Tributos			
PIS-PASEP		(272)	(264)
Cofins		(1.254)	(1.218)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(388)	(374)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.087)	(1.016)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(167)	(158)
		<u>38.631</u>	<u>37.586</u>
Receita Líquida / Ingresso Líquido			
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis			
		<u>38.631</u>	<u>37.586</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(1.707)	(1.556)
Material		(30)	(39)
Serviços de Terceiros		(2.385)	(2.219)
Arrendamento e Aluguéis		(270)	(299)
Seguros		(21)	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(30)	(39)
Tributos		(12)	(14)
Depreciação e Amortização		(3.811)	(3.825)
Outras Despesas Operacionais		(48)	-
		<u>30.317</u>	<u>29.573</u>
Resultado da Atividade			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(6.008)	(7.477)
Receitas Financeiras		810	1.993
		<u>25.119</u>	<u>24.089</u>
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro			
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.539)	(1.905)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		<u>23.580</u>	<u>22.184</u>
Resultado Líquido do Exercício			
		23.580	22.184
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		23.580	22.184
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,70	447,54
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,70	447,54
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,70	447,54
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,70	447,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	49.569	(32.634)	-	-	16.935
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	22.184	22.184
Reserva Legal	-	954	-	(954)	-
Dividendos Declarados	-	(22.763)	-	(5.207)	(27.970)
Dividendos Intermediários	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Reserva para Investimentos	-	-	14.023	(14.023)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	49.569	(54.443)	14.023	-	9.149
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	23.580	23.580
Dividendos Declarados	-	401	(14.023)	(144)	(13.766)
Reserva para Investimentos	-	23.004	432	(23.436)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	49.569	(31.038)	432	-	18.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do Exercício		23.580	22.184
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depreciação/Amortização		3.811	3.825
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	1.539	1.905
Juros e encargos sobre empréstimos		5.796	7.029
Outros		(29)	(196)
		<u>34.697</u>	<u>34.747</u>
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários	4	(81)	31
Tributos Compensáveis		234	(236)
Outros		(434)	7.748
		<u>(281)</u>	<u>7.543</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		189	(1)
Fornecedores Demais		(8)	(62)
Salários e Encargos Sociais		80	64
Tributos e Contribuição Social		(2.510)	(1.317)
Outros		(415)	(34)
		<u>(2.664)</u>	<u>(1.350)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Encargos de Dívidas Pagos		(5.875)	(7.664)
		<u>25.877</u>	<u>33.276</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado e Intangível		(3)	(114)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	1.794
		<u>(3)</u>	<u>1.680</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de debêntures ou empréstimos tomados		-	29.743
Empréstimos e Financiamentos pagos		(16.151)	(17.010)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos pagos		(18.826)	(30.997)
		<u>(34.977)</u>	<u>(18.264)</u>
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa			
		(9.103)	16.692
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		19.726	3.034
No fim do exercício		<u>10.623</u>	<u>19.726</u>
		<u>(9.103)</u>	<u>16.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transleste de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas apresentadas na nota explicativa de número 3 das Demonstrações Contábeis societárias, emitidas em 30 de março de 2019. As principais práticas contábeis regulatórias são:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição - R\$ Mil	Valore Correntes							Total 2018	Total 2017
	Corrente a vencer		Corrente vencida				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.264	-	29	7	10	386	-	4.696	4.615
Total	4.264	-	29	7	10	386	-	4.696	4.615

5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	124.076	-	(180)	32	-	123.928	(148)	(47.552)	76.376	80.020
	5.257	-	-	-	-	5.257	-	(2.528)	2.729	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias										2.911
Máquinas e Equipamentos	118.782	-	-179	32	-	118.635	(147)	(44.988)	73.647	77.108
Móveis e Utensílios	37	-	-1	-	-	36	(1)	(36)	-	1
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	421	-	(35)	29	-	415	(6)	(259)	156	169
Máquinas e Equipamentos	226	-	(35)	29	-	220	(6)	(133)	87	88
Móveis e Utensílios	195	-	-	-	-	195	-	(126)	69	81
Subtotal	124.497		(215)	61		124.343	(154)	(47.811)	76.532	80.189
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	2.507	51	-	(61)	-	2.497	(10)	-	2.497	2.507
Outros	2.507	22	-	(32)	-	2.497	(10)	-	2.497	2.507
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	29	-	(29)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.507		-	(61)		2.497	(10)	-	2.497	2.507
Total do Ativo Imobilizado	127.004	51	-	-	-	126.840	(164)	(47.811)	79.029	82.696

Companhia Transleste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018 e 2017

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço Transmissão	189	-	-	-	-	189	-	-	189	189
Servidões	189	-	-	-	-	189	-	-	189	189
Administração	699	-	-	-	-	699	-	(675)	24	163
Softwares	699	-	-	-	-	699	-	(675)	24	163
Subtotal	887	-	-	-	-	887	-	-	-	-
Ativo Intangível em Curso Transmissão	173	-	-	-	-	173	-	-	173	173
Servidões	173	-	-	-	-	173	-	-	173	173
Subtotal	173	-	-	-	-	173	-	-	173	173
Total do Ativo Intangível	1.061	-	-	-	-	1.061	-	(675)	386	525

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		123.929	(47.553)	76.376	80.020
Custo Histórico	2,92%	123.926	(47.553)	76.376	80.020
Administração		415	(259)	156	169
Custo Histórico	10,70%	415	(256)	156	169
		124.343	(47.811)	76.532	80.189
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão		2.497	-	2.497	2.507
		2.497	-	2.497	2.507
		126.840	(47.811)	79.029	82.696

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	51	51
Móveis e Utensílios	-	-
Total das Adições	51	51

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n.º. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1 COMPRA DE UM MICROCOMPUTADOR MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 5050. . (10.001.343)	8
2 COMPRA DE UM MICROCOMPUTADOR MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 5050. . (10.001.344)	8
3 COMPRA DE UM MICROCOMPUTADOR MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 5050. . (10.001.345)	8
4 COMPAR MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL DELL INSPIRON 15. (10.001.342) .	6

6 Empréstimos e financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	351	16.042	56.349	72.742											
BNB FNE	25	747	3.929	4.701	Sim	mar/05	Aval/Fiança	Não há	9,50%	11/01/2019	Mensal	11/01/2019	11/07/2025	Mensal	SAC
BDMG FNE	80	2.461	12.716	15.258	Sim	mar/05	Aval/Fiança	Não há	10,00%	10/01/2019	Mensal	10/01/2019	10/07/2025	Mensal	SAC
DEBENTURES - 1ª EMISSÃO	222	12.885	9.845	22.952	Sim	ago/14	Subord/Quirog	CDI	109,75%	07/02/2019	Trimestral	07/08/2019	07/08/2020	Trimestral	SAC
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	24	(51)*	29.859	29.831	Sim	set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	26/01/2018	Mensal	26/09/2020	26/09/2022	Mensal	SAC
Total por Dívida	351	16.042	56.349	72.742											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	351	16.042	56.349	72.742											

- *Valor referente ao custo de amortização do curto prazo da 2ª emissão debêntures

Instituição / Linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
	2020	2021	2022	2023	2024+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	17.805	17.567	13.969	3.238	3.770	56.349
BNB FNE	750	757	747	777	898	3.929
BDMG FNE	2.461	2.461	2.461	2.461	2.872	12.716
DEBENTURES - 1ª EMISSÃO	9.845	-	-	-	-	9.845
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	4.749	14.349	10.761	-	-	29.859

6.2 Abertura dos ativos financeiros - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Saldo	
			Juros LP	Total
Ativos Financeiros	-	12.101	-	12.101
Caixa e Aplicações Financeiras	-	12.101	-	12.101
Saldo Final de Caixa - Conta 110	-	1.650	-	1.650
Aplic. Financ. Fundos DI	-	8.973	-	8.973
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	1.478	-	1.478

6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
(+) Dívida Bruta	351	16.042	56.349	72.742	88.972
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést.e Debent. Moeda Nacional	351	16.042	56.349	72.742	88.972
(-) Ativos Financeiros	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	351	16.042	56.349	72.742	88.972

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 49.569 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Quantidade de ações - 2018			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Acionista				
Transminas Holding S/A	20.323.290	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	12.392.250	-	25%	25%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	11.896.560	-	24%	24%
EATE	4.956.900	-	10%	10%
	<u>49.569.000</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>
	Quantidade de ações - 2017			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Acionista				
Transminas Holding S/A	20.323.290	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	12.392.250	-	25%	25%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	11.896.560	-	24%	24%
EATE	4.956.900	-	10%	10%
	<u>49.569.000</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Em novembro/2017 foi formalizado a transferência das ações da CEMIG para TAESA.

Em Agosto de 2018 foi formalizado a transferência das ações de Furnas para Eletrobrás

7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal (a)	9.914	9.914
Retenções de lucro	<u>(40.520)</u>	<u>(50.334)</u>
	<u>(30.606)</u>	<u>(40.420)</u>

- (a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

8 Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	41.674	40.505
Total	41.674	40.505

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(1.129)	(979)
Remuneração	(658)	(584)
Encargos	(227)	(196)
Previdência privada	(15)	(14)
Assistência médica	(98)	(82)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(91)	(68)
Outros	(40)	(35)
Administradores	(579)	(577)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(445)	(433)
Benefícios dos administradores	(134)	(144)
Total	(1.708)	(1556)

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da redução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	10.623		10.623	19.726
	Concessionárias e Permissionárias	4	4.311		4.311	4.299
	Serviços em Curso		526		526	445
	Tributos Compensáveis		99		99	333
	Almoxarifado Operacional				75	70
	Investimentos Temporários	6.2	1.478		1.478	1.390
	Ativos Financeiros		-		-	39.634
	Ativos Contratuais		35.880		35.880	
	Despesas Pagas Antecipadamente		1		1	1
	Outros Ativos Circulantes		601		601	246
						(10)
						236
<u>Ativo Não Circulante</u>						
	Concessionárias e Permissionárias	4	386		386	316
	Empréstimos	6.1	-		-	-
	Ativos Financeiros		-		-	110.294
	Ativos Contratuais		-		96.070	96.070
	Outros Ativos Não Circulantes		14		14	14
	Imobilizado	5	79.028		(78.872)	156
	Intangível	5	385		(362)	23
						525
						(362)
						163
	Total do Ativo		97.452		52.791	150.243
						109.992
						67.098
						177.090
Passivo e Patrimônio Líquido						
<u>Passivo Circulante</u>						
	Fornecedores		120		120	128
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	16.393		16.393	16.582
	Obrigações Sociais, tributárias e Trabalhistas		1.684		1.375	3.059
	Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		144		-	144
	Encargos Setoriais		1.748		1.333	3.081
	Outros Passivos Circulantes		1.768		(579)	1.189
						2.140
						(960)
						1.180
<u>Passivo Não Circulante</u>						
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	56.349		-	56.349
	Tributos Diferidos		-		7.333	7.333
	Passivos Regulatórios diferidos				2.659	2.659
	Outros Passivos Não Circulantes		283		(283)	-
						322
						(322)
						-
	Total do Passivo		78.489		11.838	90.327
						100.843
						3.143
						103.986
<u>Patrimônio Líquido</u>						
	Capital Social	7	49.569		-	49.569
	Reservas de Lucros	7	(30.606)		40.953	10.347
						(40.420)
						63.955
						23.535
	Total do Patrimônio Líquido		18.963		40.953	59.916
						9.149
						63.955
						73.104
	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		97.452		52.791	150.243
						109.992
						67.098
						177.090

Companhia Transleste de Transmissão
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	31/12/2018			31/12/2017			
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	41.674	(41.674)	-	40.505	(40.505)	-
Outras Receitas Vinculadas		155	-	155	157	-	157
Receita de Operação e Manutenção		-	6.413	6.413	-	4.189	4.189
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	28.219	28.219	-	32.140	32.140
(-) Parcela Variável		(29)	-	(29)	(46)	-	(46)
Tributos		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(272)	46	(226)	(264)	-	(264)
Cofins		(1.254)	211	(1.043)	(1.218)	-	(1.218)
Encargos - Parcela "A"		-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(388)	-	(388)	(374)	-	(374)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.087)	183	(904)	(1.016)	-	(1.016)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(167)	28	(139)	(158)	-	(158)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		38.632	(6.574)	32.058	37.586	(4.176)	33.410
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"							
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		38.632	(6.574)	32.058	37.586	(4.176)	33.410
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	9	(1.708)	-	(1.708)	(1.556)	-	(1.556)
Material		(30)	41	11	(39)	-	(39)
Serviços de Terceiros		(2.386)	-	(2.386)	(2.219)	-	(2.219)
Arrendamento e Aluguéis		(269)	-	(269)	(299)	-	(299)
Seguros		(21)	-	(21)	(22)	-	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(30)	-	(30)	(39)	-	(39)
Tributos		(11)	-	(11)	(14)	-	(14)
Depreciação e Amortização		(3.811)	3.629	(182)	(3.825)	3.645	(180)
Outras Despesas Operacionais		(49)	-	(49)	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade		30.317	(2.904)	27.413	29.573	(531)	29.042
Equivalência Patrimonial							
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(6.008)	-	(6.008)	(7.477)	-	(7.477)
Receitas Financeiras		810	-	810	1.993	-	1.993
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		25.119	(2.904)	22.215	24.089	(531)	23.558
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.539)	218	(1.321)	(1.905)	128	(1.777)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		23.580	(2.686)	20.894	22.184	(403)	21.781
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		23.580	(2.686)	20.894	22.184	(403)	21.781
Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694
Controladores Detentores de Ações Ordinárias		475,700539	-	421,513446	447,537776	-	439,407694

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

12.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Transleste adotou os pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, CVM e IASB, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

Na adoção do CPC 47, a Transleste aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A Transleste avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.1.2 das demonstrações societárias de dez/2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 151.450, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 140.099 CPC nº48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)

- **CPC nº48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

12.1.1 *No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:*

Receita de implantação de infraestrutura: Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a TRANSLESTE utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 *Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)*

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	59.916	73.104
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(67.098)
Ativo contratual (CPC 47)	(49.661)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.708	3.143
	18.963	9.149
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	18.963	9.149

14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido conforme contabilidade societária	20.894	21.781
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	531
Ativo contratual (CPC 47)	2.904	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(218)	(128)
	23.580	22.184
Lucro líquido regulatório	23.580	22.184